

# A integração nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia: elementos de cooperação e conflito

Vicente Giaccaglino Ferraro Jr.<sup>1</sup>

**Resumo:** O processo de integração na fronteira Brasil-Bolívia é condicionado por diversas contradições entre elementos que reforçam tanto a cooperação quanto o conflito de interesses. Nesse sentido, o limite internacional é um mecanismo de controle que propicia benefícios e oportunidades a determinados atores, ao mesmo tempo em que eleva o potencial de riscos e custos para outros. O presente artigo almeja identificar os principais elementos de cooperação e conflito que condicionam a integração na região, bem como os atores locais beneficiados ou prejudicados pela situação de fronteira. Inicialmente apresentamos os fatos históricos que marcaram o povoamento da região para, em seguida, discorrermos sobre as interações socioculturais e comerciais entre brasileiros e bolivianos. A pesquisa contou com trabalho de campo e entrevistas realizadas nas principais cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia, propriamente em Corumbá-Ladário (Mato Grosso do Sul) / *Puerto Quijarro-Puerto Suárez* (Santa Cruz), Guajará-Mirim (Rondônia) / *Guayaramerín* (Beni) e Brasileia-Epitaciolândia (Acre) / *Cobija* (Pando). Concluiu-se que a dicotomia cooperação-conflito está intrinsecamente associada à relação entre custos e benefícios propiciados pelo limite fronteiriço a diferentes atores e grupos sociais. À parte de observações comuns às cidades-gêmeas, cada qual apresenta características *sui generis*, o que reforça a velha máxima “cada fronteira é uma fronteira”.

**Palavras-chave:** Integração; cidades-gêmeas; fronteira Brasil-Bolívia; limite fronteiriço.

## Integration in the twin cities of the Brazil-Bolivia border: elements of cooperation and conflict

**Abstract:** The integration process in the Brazil-Bolivia border is shaped by several contradictions between elements that reinforce both cooperation and conflict. In this sense, the international boundary is a control mechanism that provides benefits and opportunities to certain actors, while raising the potential risks and costs for others. This article aims to identify the main elements of cooperation and conflict that impact the integration process in this region, as well as the local actors benefited or disadvantaged by the border context. Initially we present the main historical facts related to the border settlement and then we discuss the socio-cultural and commercial interactions between Brazilians and Bolivians. The research was based on field work and interviews conducted in the main twin cities of the Brazil-Bolivia border, particularly in Corumbá-Ladário (Mato Grosso do Sul) / *Puerto Quijarro-Puerto Suárez* (Santa Cruz), Guajará-Mirim (Rondônia) / *Guayaramerín* (Beni) and Brasileia-Epitaciolândia (Acre) / *Cobija* (Pando). It was concluded that the cooperation-conflict dichotomy is intrinsically related to the interaction between benefits and costs offered by the international boundary to different actors and social groups. Apart from general observations on the twin cities, one can assert that each of them has specific characteristics, which reinforce the maxim “each border is a border”.

<sup>1</sup> Vicente Giaccaglino Ferraro Jr. é graduado em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), mestre em Ciência Política pela *Higher School of Economics* de Moscou e doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Atua nas áreas de relações sociopolíticas em regiões de fronteira e política russa. E-mail: vgferraro.jr@hotmail.com.

**Keywords:** Integration; twin cities; Brazil-Bolivia border; international boundary.

## Introdução

A fronteira Brasil-Bolívia apresenta importante campo de pesquisa social, econômica, política e cultural, principalmente no que concerne a processos de integração espontâneos. Longe dos grandes núcleos urbanos, a região foi por muito tempo marginalizada pelos respectivos Estados Nacionais, o que fez da integração não apenas uma vontade, mas acima de tudo uma necessidade. O ciclo da borracha, a disputa pelo Acre e o advento de grandes projetos infraestruturais, como a construção das estradas de ferro Madeira-Mamoré e Bauru-Corumbá, estão entre os principais fatos históricos que permearam os antagonismos da dicotomia conflito-cooperação. Somente com os recentes projetos de integração sul-americana é que a fronteira ganhou maior atenção dos Estados, adquirindo um papel central em certas questões políticas e econômicas, além do combate ao crime organizado.

O presente artigo tem por objetivo apresentar os principais elementos de cooperação e conflito que condicionam o processo de integração na região, com destaque especial aos diferentes atores locais beneficiados e prejudicados pela condição de fronteira. Para tanto, foram delineadas três áreas principais: antecedentes históricos, interações socioculturais e interações comerciais. O trabalho<sup>2</sup> contou com a realização de pesquisas de campo e entrevistas nas principais cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia, especificamente em Corumbá-Ladário (Mato Grosso do Sul) / *Puerto Quijarro-Puerto Suárez* (Santa Cruz), Guajará-Mirim (Rondônia) / *Guayaramerín* (Beni) e Brasileira-Epitaciolândia (Acre) / Cobija (Pando)<sup>3</sup>.

Constatou-se que a dicotomia conflito-cooperação não está necessariamente vinculada às relações bilaterais entre as nações, mas sim às oportunidades, custos e desigualdades que os limites territoriais, como mecanismos institucionais de controle, propiciam às relações entre os atores locais. Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir para uma compreensão multidisciplinar das relações entre brasileiros e bolivianos nessa fronteira, além de subsidiar futuros trabalhos sobre a região.

---

<sup>2</sup> Pesquisa financiada em parte com recursos da ALBA Cultural.

<sup>3</sup> A tabela 1 apresenta alguns dados populacionais e geoespaciais desses municípios.

Tabela 1 – Dados populacionais e geoespaciais das cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia

Grupos (estados / Departamentos)	Municípios	População total	Distância em relação aos centros regionais	Passagem fronteiriça / meio de conexão
Mato Grosso do Sul – Santa Cruz	Corumbá (BRA)	103.703	426 km (Campo Grande)	Estrada (cerca de 5 km)
	Ladário (BRA)	19.617		
	Puerto Suárez (BOL)	19.829	650 km (Santa Cruz de la Sierra)	
	Puerto Quijarro (BOL)	16.659		
Rondônia – Beni	Guajará-Mirim (BRA)	41.656	328 km (Porto Velho)	Embarcações (cerca de 10 minutos)
	Guayaramerín (BOL)	41.814	976 (Trinidad)	
Acre – Pando	Brasileia (BRA)	21.398	220 km (Rio Branco)	Pontes (conurbação)
	Epitaciolândia (BRA)	15.100		
	Cobija (BOL)	46.267	Capital departamental	

Fonte: IBGE, 2010; INE, 2012.

## Antecedentes históricos

A formação dos limites Brasil-Bolívia, bem como o povoamento das regiões fronteiriças, respaldou-se em um longo processo de exploração colonial, negociações diplomáticas, dissuasão, fluxos migratórios e intercâmbios comerciais diretamente vinculados à dinâmica do mercado internacional.

Na primeira metade do século XIX, os limites entre as nações recém-independentes eram em grande medida incertos - não havia consenso sobre a demarcação de diversos trechos fronteiriços. As discordâncias quanto ao reconhecimento de determinados tratados e acordos coloniais, somadas ao princípio do *uti possidetis* (usucapião) habilmente promovido pela diplomacia brasileira, permitiram ao Brasil consolidar parte considerável dos limites pleiteados, em específico no Tratado de 1867 (GOES FILHO, 1999). De acordo com Bruslé (2012), as margens orientais da Audiência de Charcas (Bolívia) sempre foram de pouco interesse para a sociedade colonial espanhola, cuja matriz econômica se concentrava na extração de prata na região ocidental. Por sua vez, a metrópole portuguesa deu maior atenção aos confins da colônia<sup>4</sup>, promovendo a instalação de fortes e acampamentos militares que futuramente possibilitaram a defesa do *uti possidetis*.

Na segunda metade do século XIX, o porto de Corumbá se tornou um importante canal de comunicação e escoamento comercial entre o interior (Sul-)mato-grossense e outras partes do Brasil – o Porto Geral era considerado o segundo maior fluvial do país. A cidade foi ocupada durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) e, logo após o fim das hostilidades, recebeu imigrantes paraguaios e de outras nacionalidades, o que se reflete no seu atual sincretismo cultural. Do outro “lado”, os pequenos povoados de *Puerto Suárez* e *Puerto Quijarro* se tornaram um canal promissor de acesso ao Atlântico para a Bolívia.

Desde o princípio, o Brasil mostrou maior preocupação com a ocupação das fronteiras, tanto civil quanto militar. A construção de quartéis e as estratégias para levar infraestrutura aos limites longínquos, como a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, comandada pelo Marechal Cândido Rondon no início do século XX, reforçaram o ideal de proteção e integração do espaço nacional<sup>5</sup>. Vale mencionar que, do período militar até a adoção da Constituição brasileira de 1988, “a Faixa de Fronteira esteve sob administração direta da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN), cujo secretário era também o chefe da Casa Militar da República” (STEIMAN, 2002, p. 108).

As maiores querelas fronteiriças se deram com a questão do Acre, em 1903. Na corrida pelo ouro verde, o látex, milhares de nordestinos migraram para a região amazônica, adentrando territórios bolivianos – a prova do reconhecimento da soberania boliviana no Acre era a existência de um consulado brasileiro em *Puerto Alonso* (GOES FILHO, 1999, p. 335). A população brasileira, numericamente superior, liderada pelo gaúcho Plácido de Castro, iniciou uma sublevação contra o domínio boliviano. O contencioso, que quase levou a um conflito direto entre os países, foi resolvido diplomaticamente, com destaque à participação do Barão do Rio Branco. Em uma combinação de intransigência (ameaça bélica) e concessão, o chanceler logrou, no Tratado de Petrópolis (1903), o consentimento da Bolívia quanto à anexação da região, compensando-a com a cessão de pequenos territórios, pagamento de dois milhões

<sup>4</sup> Entre os principais, os fortes Coimbra, em Corumbá-MS, e Príncipe da Beira, em Costa Marques-RO.

<sup>5</sup> Em Corumbá, a presença de zonas militares e órgãos de controle próximos ao limite fronteiriço são até hoje um verdadeiro obstáculo à conurbação com *Puerto Quijarro* (COSTA, 2015).

de libras esterlinas e a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Durante a febre da borracha, também foi notável o crescimento do povoado boliviano de *Puerto Bahía*, renomeado *Cobija*<sup>6</sup> em 1908 – imigrantes de diversos países se dirigiram à região, movimentando ainda mais a economia. Hoje *Cobija*, capital do departamento de Pando, é uma das maiores cidades da Amazônia boliviana. Do lado brasileiro encontram-se os municípios de Brasileia, fundado em 1910 a partir de um antigo seringal, e Epitaciolândia, emancipado primeiro em 1992.

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) foi idealizada para um local estratégico, próximo ao povoado boliviano de *Guayaramerín* (do guarani, “pequena cachoeira”), que se formou como porto de paragem obrigatória, tendo em vista as cachoeiras que impediam a navegação adiante no rio Mamoré. Interligando o rio Mamoré ao Madeira, afluente do rio Amazonas, a EFMM se tornou uma importante alternativa para escoar o látex boliviano e brasileiro para os grandes mercados consumidores. Concluída em 1912, a obra, que vitimou milhares de trabalhadores pela febre amarela e outras doenças tropicais, deu impulso ao crescimento do povoado brasileiro de Guajará-Mirim (Rondônia). No entanto, o fim do ciclo da borracha, com o advento dos seringais no sudeste asiático, levou ao arrefecimento econômico das povoações amazônicas fronteiriças e ao sucateamento da ferrovia.

Outro grande projeto infraestrutural de dimensão estratégica foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Iniciada em 1905, a ferrovia interligou o interior paulista a Campo Grande em 1914, e a Corumbá em 1952, possibilitando a conexão com a malha boliviana – em específico, o trajeto entre *Puerto Quijarro* a Santa Cruz de *la Sierra*, uma das maiores cidades bolivianas. Após o auge nas décadas de 1960-1980, o chamado “trem do Pantanal” entrou em crise na década de 1990 e foi desativado para passageiros. Apenas o lado boliviano permanece ativo.

A fronteira teve novo impulso socioeconômico a partir dos anos 1980-90, principalmente em decorrência dos intensos fluxos comerciais, incentivados pela entrada de produtos chineses nos portos chilenos de Iquique e Arica, pelo tráfico de drogas coordenado em escala global e pelas melhorias na infraestrutura, como a conclusão da estrada que liga La Paz a Cobija. O lado boliviano passou por rápido crescimento populacional, vinculado às correntes migratórias de todos os cantos do país, garantindo as bases para uma maior presença do Estado (BRUSLÉ, 2012). A aproximação ideológica entre governantes brasileiros e bolivianos a partir dos anos 2000, manifestada em projetos multilaterais de integração sul-americana, conferiu novo alento às fronteiras, que passaram da marginalização ao centro de um importante corredor transoceânico.

## Interações socioculturais

As interações socioculturais na fronteira refletem tanto a histórica ausência do Estado boliviano na região, o que tornou os povoados bolivianos mais dependentes do Brasil na área econômica e nos serviços públicos, quanto a força do *soft-power* brasileiro, manifestada na maior difusão do português e de canais midiáticos. Tais desigualdades e assimetrias socioeconômicas contribuíram para a consolidação de relações de prestígio e estigma, sendo o preconceito contra bolivianos um fenômeno recorrente.

---

<sup>6</sup> É interessante observar a toponímia histórica da fronteira norte: *Cobija* é o nome da cidade portuária boliviana anexada pelo Chile em 1879. O departamento de Pando foi nomeado em homenagem ao General Pando, presidente da Bolívia na época da questão acreana. Do lado brasileiro, a capital acreana foi nomeada em referência ao Barão do Rio Branco, enquanto o estado de Rondônia, em homenagem ao Marechal Rondon.

Menos de 20% dos brasileiros entrevistados<sup>7</sup> nas cidades-gêmeas relataram assistir aos canais de televisão da Bolívia, enquanto entre os bolivianos o percentual de telespectadores de canais brasileiros ultrapassou a marca de 90%. Até meados da década de 1980, a maioria dos canais bolivianos não tinha sequer cobertura na região, o que facilitou a penetração da cultura brasileira, principalmente das novelas da Rede Globo e músicas populares. Em geral, a cognição do português é maior do lado boliviano do que o inverso em relação ao espanhol, ainda que o domínio da língua varie de acordo com a relação que o indivíduo tem com a fronteira. A variante do espanhol falada em Cobija contém muitos elementos do português, mesmo entre aqueles que não praticam a língua ou têm pouco contato com brasileiros (LIPSKI, 2007). Os canais midiáticos não são a única justificativa para o predomínio do português: a dependência do comércio local em relação aos turistas brasileiros, bem como a maior frequência de bolivianos nas escolas do Brasil, exerce influência significativa no fenômeno. Falar português pode ser uma importante vantagem comparativa na procura por trabalho e clientela.

Nas últimas décadas, o grande fluxo de migrantes do Altiplano boliviano, que atuam nas redes do comércio informal, e a maior presença do Estado na fronteira, inclusive com a promoção de programas de infraestrutura e “descolonização” cultural, contribuíram para uma verdadeira “bolivianização” da fronteira em detrimento de antigos laços culturais com o Brasil. O êxodo rural e a rápida urbanização nos municípios bolivianos reconfiguraram as relações sociais fronteiriças. O aumento da população de *Cobija* de 40 mil para 80 mil habitantes entre 1992, ano da construção da estrada que a interliga ao centro do país, e 2010, levou a um gradual “fechamento” da fronteira – o intercâmbio cultural não acompanhou o ritmo dos fluxos comerciais (BRUSLÉ, 2012). Línguas indígenas como o *quechua* e o *aymara* ganharam maior difusão no cotidiano fronteiriço. Apenas 59% dos brasileiros e 63% dos bolivianos entrevistados afirmaram que a integração aumentou nos últimos anos. Muitos sustentam que antes ela era mais interpessoal e agora se tornou formal, com maior afirmação estatal – na tipologia de Tito Machado de Oliveira (2005), um indicador de transformação da fronteira como “território perigoso”, de alta integração funcional e baixa formal, para “território vivo”, com alto nível de funcionalidade e formalidade.

Os intensos fluxos migratórios fizeram com que a fronteira boliviana reproduzisse a histórica cisão sociocultural pela qual o país passa desde o período colonial: a divisão entre as etnias do Altiplano, parte ocidental montanhosa, e *cambas*, da parte oriental plana, a qual abrange os três departamentos que fazem fronteira com o Brasil. As diferenças e choques entre as cosmovisões e idiosincrasias desses dois macrogrupos é notada até mesmo pelos brasileiros fronteiriços, segundo os quais os *cambas* são mais “abertos” e “integrados” ao Brasil, enquanto os migrantes do Altiplano, também chamados de *collas*, são mais “fechados” e mantêm hábitos tradicionais indígenas – o preconceito contra *collas* é um fenômeno recorrente na própria Bolívia. Um conflito entre *cambas*, opositores a Evo Morales e defensores de maior autonomia frente ao Estado central, e camponeses indígenas, adeptos do centralismo e das reformas promovidas, culminou em um massacre na região de *Porvenir* em 2008, próximo a *Cobija*. O episódio levou à prisão do governador Leopoldo Fernandez e outras autoridades

---

<sup>7</sup> Ao todo foram entrevistados 80 bolivianos e brasileiros em 2013, entre representantes do poder público, médicos, professores, estudantes, policiais, cônsules e comerciantes, distribuídos nas três cidades-gêmeas analisadas. Vale destacar que os dados coletados não devem ser tomados como inferências para toda a população, mas apenas como indicadores de possíveis tendências. Devido à limitação de recursos, não foi possível selecionar uma amostra maior atendendo a todos os critérios estatísticos.

de Pando – muitos membros da elite local se refugiaram em Brasileia temendo represálias<sup>8</sup>.

Entre as maiores diferenças culturais entre os dois lados da fronteira, apontadas por brasileiros, está o alto grau de conservadorismo, civismo e apego a tradições por parte dos bolivianos. Segundo os entrevistados, costumes, roupas típicas e danças folclóricas são mais preservados na Bolívia do que no Brasil; feriados cívicos, como o Dia da Independência, são mais celebrados e a relação entre pais, alunos e professores é mais formal e “respeitosa”. Por sua vez, bolivianos apontaram diferenças nas línguas e na alimentação, como o arroz e feijão no Brasil, e o hábito de tomar sopa de entrada na Bolívia. Vale ressaltar que a culinária boliviana ganhou significativa adesão na fronteira brasileira: as tradicionais saltenhas, o *pique a lo macho* e a *chicha*, podem ser encontradas em diversos estabelecimentos e festividades. Em Corumbá, além das iguarias bolivianas, é marcante também a presença da culinária paraguaia, com as *chipas*, a sopa paraguaia e a tradição do tereré. Na cidade é possível observar práticas religiosas bolivianas e paraguaias adotadas inclusive por brasileiros sem vínculos com esses países, como o culto a Nossa Senhora de Urukupinha, Cotoca, Copacabana e Caacupé. Bandeiras da Bolívia e do Brasil foram vistas lado a lado durante as procissões de Nossa Senhora de Urukupinha e uma praça foi nomeada em sua homenagem.

A integração sociocultural se revela também nos fluxos de lazer: brasileiros vão a danceterias de *Guayaramerín* e *Cobija*, enquanto bolivianos frequentam as áreas centrais das cidades brasileiras, principalmente as praças de Corumbá nos finais de semana. Nas datas cívicas, escolas de ambos os lados desfilam juntas. Em Guajará-Mirim, o dia da independência da Bolívia é feriado municipal (Dia da Bolívia) e, reciprocamente, o da independência do Brasil é feriado em *Guayaramerín*. A integração está presente também nos nomes: a escola “Simon Bolívar”, no lado brasileiro, e a “Brasil”, no lado boliviano. Recentemente, uma antiga tradição foi recuperada em *Cobija*: a copa de futebol BOLPEBRA, envolvendo times locais da Bolívia, Peru e Brasil (Acre). Os vínculos familiares são elementos de união entre as duas nações, contudo, os intensos fluxos migratórios mencionados têm contribuído para a diminuição desses laços históricos.

Outra diferença significativa apontada pela população dos dois lados é o maior respeito às leis e a maior presença de órgãos de controle estatal no Brasil. Trabalho infantil, motociclistas sem capacete, vigilância sanitária precária, leis pouco claras, corrupção de policiais e guardas de trânsito, bem como o alto nível de informalidade trabalhista, são fenômenos comuns na Bolívia, relatados por brasileiros. A economia das fronteiras bolivianas é muito dependente do comércio informal, vulnerável às oscilações do câmbio dólar-real e do conseqüente fluxo de turistas brasileiros, o que dificulta a difusão de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários<sup>9</sup>. Já a economia fronteiriça brasileira, com presença mais acentuada da agropecuária, comércio de gêneros alimentícios e funcionalismo público, apresenta maior nível de formalização e cobertura pelo Estado de bem-estar social.

No lado boliviano é notável o elevado nível de organização da sociedade civil em grupos de interesse, como sindicatos, associações, *juntas vecinales*, comitês cívicos, comitês de bairros, entre outros. A pressão realizada por esses atores sobre o governo regional e nacional abrange

---

<sup>8</sup> A oposição ao governo central em Pando foi reduzida com a redistribuição de recursos orçamentários aos governos departamentais, provenientes da nacionalização do gás em 2006, e com incentivos a fluxos migratórios de departamentos pró-Evo para a região (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014).

<sup>9</sup> A população economicamente ativa que se dedica ao comércio nas cidades de fronteira supera significativamente a média boliviana (INE, 2012).

desde paralisações e greves gerais até a interrupção do trânsito fronteiriço – em janeiro de 2018, o tráfego internacional em *Puerto Quijarro* e *Guayaramerín* foi interrompido em protesto às mudanças no Código Penal promovidas pelo governo Evo Morales. Bolivianos que residem no Brasil fundaram importantes associações para reivindicar seus direitos junto às autoridades locais e auxiliar os seus conterrâneos com trâmites migratórios e jurídicos, como a Associação de Bolivianos Residentes em Guajará-Mirim e o Centro Boliviano-Brasileiro de Corumbá, que, inclusive, abrigou uma mesa de votação nas eleições bolivianas de 2014<sup>10</sup>. Suporte semelhante é prestado pela Pastoral do Migrante<sup>11</sup>: em regiões como o Acre, tem contribuído não apenas para o acolhimento de bolivianos, mas também de haitianos ingressantes no Brasil por Brasileia. Nas três cidades-gêmeas há representações consulares brasileiras e bolivianas que facilitam a realização de trâmites migratórios e processuais. Costa (2015) denomina essas instituições mediadoras de *ethnic brokers*, de importância estratégica para a sobrevivência e proteção social das minorias, lembrando que muitos bolivianos residentes no Brasil são invisíveis aos políticos locais por não terem direito a voto. Graças à Lei da Anistia de 2009, diversos residentes puderam regularizar a situação migratória no Brasil e com isso obter maior segurança no acesso a direitos e estabilidade social.

No que se refere às relações de prestígio e estigma, cabe ressaltar que situações de preconceito foram relatadas dos dois lados da fronteira. Brasileiros mencionaram a “rudez” de lojistas bolivianos no atendimento e os empecilhos migratórios e comerciais que as autoridades bolivianas impõem aos estrangeiros. A partir de 2007, centenas de famílias brasileiras (“brasivianos”) residentes na zona rural fronteiriça boliviana passaram a ser realocadas em assentamentos do INCRA, no Acre, em cumprimento à legislação boliviana quanto à posse de terras por estrangeiros em uma faixa de 50 km a partir do limite fronteiriço<sup>12</sup>. A crescente presença do Estado boliviano nas fronteiras responde ao histórico anseio por maior defesa da soberania nacional, tendo em vista que o país perdeu território para todos os vizinhos. Os bolivianos questionados não manifestaram ressentimentos quanto à perda de territórios para o Brasil, nem mesmo em *Cobija*, mas sim quanto aos equívocos diplomáticos das autoridades do país e da perda do acesso ao mar para o Chile. Também se queixaram de que o Brasil até o momento não cumpriu certos acordos, como a construção da ponte sobre o rio Mamoré em Guajará-Mirim / *Guayaramerín*.

Entrevistados na Bolívia reportaram preconceitos e maus-tratos por parte de autoridades migratórias brasileiras e alegaram que bolivianos são tratados como “cidadãos de segunda classe” no Brasil. Em algumas escolas brasileiras visitadas, constatou-se a ocorrência de *bullying* étnico, principalmente em Corumbá. Alguns professores relataram que, para os próprios alunos bolivianos, a palavra “boliviano” adquiriu conotação negativa: “querem ser brasileiros”. Além

---

<sup>10</sup> Corumbá tem 170 eleitores bolivianos aptos a votar no Brasil. **Campo Grande News**, Campo Grande, 12 out. 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/corumba-tem-170-eleitores-bolivianos-aptos-a-votar-no-brasil>. Acesso em: 29 jan. 2018.

<sup>11</sup> Steiman (2002) destaca a atuação da Igreja Católica e de organizações não governamentais, como o Rotary Club de Rondônia, no processo de cooperação fronteiriça.

<sup>12</sup> A nacionalização do gás em 2006, com a ocupação de campos da Petrobrás promovida por Evo Morales, também trouxe mal-estar às relações fronteiriças. Segundo Machado, Ribeiro e Monteiro (2014), Morales utilizou a questão do fornecimento do gás ao Brasil como instrumento geopolítico nas negociações referentes à remoção de brasileiros da faixa de 50 km e à obtenção de recursos para financiar projetos infraestruturais nas zonas fronteiriças. O Brasil também possui uma legislação específica (Lei nº 6.634) que regulamenta a posse de terras por estrangeiros na Faixa de Fronteira (150 km a partir do limite internacional).



das assimetrias socioeconômicas, o sobrecarregamento dos serviços públicos nos municípios fronteiriços brasileiros, o tráfico de drogas e o roubo de veículos, levados para a Bolívia, reforçam as relações de prestígio-estigma. Para Costa (2015, p. 41-42), o preconceito contra bolivianos está relacionado não apenas à nacionalidade, mas também à etnia indígena e à afirmação da identidade brasileira:

Nesse processo de representação da alteridade na fronteira, a construção negativa do “outro” sustenta a própria identidade brasileira, ou seja, o boliviano se constrói no imaginário brasileiro fora dos parâmetros que definem os valores “civilizados”. Nesse contexto, a imagem do “outro” ganha contornos específicos em Corumbá, na medida em que a Bolívia é vista por parte da população como símbolo do atraso, da pobreza e da falta de “civildade”, de higiene, das leis. Esses estigmas podem ser resumidos nas categorias identitárias de “chocos”, “collas” ou simplesmente “índios” ou “bugres”.

Apenas 62% dos brasileiros entrevistados citaram as relações fronteiriças como boas ou muito boas, enquanto entre os bolivianos o percentual alcançou os 82%<sup>13</sup>. Muitos bolivianos afirmaram temer a violência do lado brasileiro, evitando atravessar a fronteira em determinados horários – organizações criminosas de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro atuam cada vez mais na região. É interessante observar que nos dois lados foram relatados preconceitos por parte dos respectivos centros nacionais: a fronteira é vista como um local longínquo, “selvagem”, marcado pelo tráfico de drogas, contrabando e criminalidade. Bolivianos mencionaram que outras regiões da Bolívia os veem como “abrasileirados”.

A fronteira é também um importante local de passagem e migração. As regiões analisadas foram povoadas por libaneses, palestinos, turcos, paraguaios, judeus, entre outras nacionalidades, atraídos por oportunidades comerciais. Hoje recebe imigrantes do Haiti e bolivianos de outros departamentos à procura de trabalho em grandes centros econômicos brasileiros ou na própria região. Mais da metade dos entrevistados em ambos os lados afirmaram que já viajaram para outras localidades do país vizinho, tanto centros regionais quanto nacionais. Tais fenômenos migratórios e turísticos evidenciam a fluidez do conceito de fronteira, ainda que os Estados Nacionais busquem conferir-lhes estaticidade no sentido de proteção, controle e barreira contra transposições.

Para concluir a seção, vale mencionar um dos principais fluxos decorrentes das assimetrias socioeconômicas na região: a busca por atendimento de saúde. Muitas bolivianas buscam dar à luz em hospitais do Brasil para que seus filhos tenham a cidadania brasileira e acesso garantido ao Estado de bem-estar social. Em diversas situações o atendimento no SUS fica à discrição dos funcionários locais, o que gera frequente mal-estar nas relações fronteiriças. Apenas na fronteira acreana observaram-se maiores fluxos de brasileiros nos hospitais e clínicas particulares bolivianas. O sistema público de saúde do país não é gratuito: apesar dos preços modestos, para a população carente o atendimento pode ser oneroso.

---

<sup>13</sup> Além do tamanho reduzido da amostra, que limita a realização de inferências para toda a população, o fato de o pesquisador ser brasileiro pode ter contribuído para um viés nas respostas por parte dos bolivianos. Portanto, alertamos mais uma vez que os dados devem ser utilizados apenas como indicadores de possíveis tendências.

## Interações comerciais

Paradoxalmente, o setor de comércio e serviços é simultaneamente o maior motor da integração e repulsão nas cidades-gêmeas da fronteira. Perrier Bruslé (2012) destaca que a desvinculação física com o centro do país fez do intercâmbio comercial, legal ou ilegal, um elemento imprescindível para a sobrevivência dos povos de fronteira. As relações positivas e negativas dependem em grande parte dos atores sociais envolvidos e da articulação de seus interesses. Na área do consumo há um elevado grau de integração, visto que brasileiros e bolivianos constantemente cruzam o limite fronteiriço para fazer compras. Contudo, o mesmo não se aplica aos comerciantes e prestadores de serviços: os baixos impostos e salários no lado boliviano, somados à venda de produtos chineses, acirram a concorrência entre brasileiros e bolivianos e geram situações de conflito, aprofundadas quando há intromissão dos Estados.

Das três cidades-gêmeas analisadas, Corumbá / *Puerto Quijarro-Puerto Suárez* apresentaram maior predisposição a conflitos nesse setor. Nessas localidades os principais atores econômicos contam com alto nível de articulação e organização, logrando por vezes obter apoio de órgãos públicos e lideranças políticas para promoverem suas reivindicações. Representantes do Sindicato dos Taxistas de Corumbá se reúnem com autoridades brasileiras e bolivianas no intento de coibir a entrada de taxistas bolivianos “clandestinos” no Brasil<sup>14</sup>. Por acordo informal, taxistas brasileiros devem deixar os passageiros perto do limite, sem passar ao lado boliviano, sendo que o mesmo procedimento é esperado dos taxistas bolivianos. Motoristas bolivianos relataram terem sido intimidados por taxistas brasileiros, que os acusaram injustamente de estarem praticando transporte ilegal.

Outra instituição atuante é a Associação Comercial e Empresarial de Corumbá (ACIC), que exerce considerável pressão em órgãos de fiscalização como a Receita Federal e instâncias municipais<sup>15</sup>. Em 2013, um grande camelódromo de comerciantes majoritariamente bolivianos, a Feira Bras-Bol, foi interditado e demolido pela Prefeitura, causando mal-estar nas relações fronteiriças. Diante do progressivo fechamento da fronteira, Costa (2015, p. 45) destaca o “recorrente racismo e a associação das práticas irregulares na fronteira com os bolivianos, cuja própria condição de moradores no lado brasileiro é tida como ilegal e cujas posições de trabalho são vistas como a de concorrentes”. Do lado boliviano, os comitês cívicos e associações de comerciantes, como a feira “12 de Outubro”, reivindicam a flexibilização do comércio binacional: em 2011 fecharam a fronteira por alguns dias em protesto contra a portaria nº 440/2010 do Ministério da Fazenda, que restringiu a compra de brasileiros no exterior sem tributação.

Vale destacar que o comércio transfronteiriço não reflete apenas a lógica das desigualdades entre Brasil e Bolívia, mas também das desigualdades inerentes ao próprio Brasil e ao processo de globalização: pequenos comerciantes em situação de pobreza, os chamados “sacoleiros”, dirigem-se à fronteira para adquirir produtos importados, muitas vezes fabricados por trabalhadores chineses

<sup>14</sup> Presidente do Sindicato dos Taxistas solicita apoio da PM e da polícia boliviana para coibir os clandestinos. **Correio de Corumbá**, Corumbá, 25 nov. 2016. Disponível em: <http://correiodecorumba.com.br/index.php?s=noticia&id=25099>. Acesso em: 02 fev. 2018.

<sup>15</sup> Há também situações de cooperação entre os comerciantes. Em novembro de 2017, a ACIC, Prefeitura de Corumbá, Sindicato do Comércio Varejista de Corumbá/Ladário e Câmara da Indústria, Comércio e Serviços da Província de German Busch (Cainco), na Bolívia, promoveram a Black Friday da fronteira, trazendo benefícios para os dois lados. Black Friday vai movimentar pelo menos 70 lojas em Corumbá e na Bolívia. **Prefeitura de Corumbá**, Corumbá, 6 out. 2017. Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/black-friday-vai-movimentar-pelo-menos-70-lojas-em-corumba-e-na-bolivia/21401/>. Acesso em: 02 fev. 2018.

em situação de trabalho precário, e vendidos por comerciantes bolivianos, também em situação de pobreza e condições precárias de subsistência. Trata-se de uma verdadeira cadeia global de integração das desigualdades socioeconômicas, indicando que a dicotomia conflito-cooperação está mais atrelada aos atores e interesses envolvidos na transposição de limites do que aos Estados em si. A restrição de compras na Bolívia pode beneficiar os comerciantes brasileiros de Corumbá, mas prejudicam os “sacoleiros” provenientes de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro – tal fenômeno remete à distinção entre comerciantes que vivem *na* fronteira e *da* fronteira (COSTA, 2015). Consumidores de baixa renda, tanto da fronteira quanto de outras regiões brasileiras, também são beneficiados pelos baixos preços dos produtos comercializados por bolivianos.

Turistas que viajam a fronteira em busca de produtos, por questões de infraestrutura, comodidade e às vezes preconceito, preferem se hospedar e alimentar no lado brasileiro – *Cobija*, pela maior infraestrutura, é uma exceção. Quando o real se desvaloriza perante o dólar, o fluxo de brasileiros se reduz significativamente, o que prejudica tanto o comércio boliviano quanto o setor turístico brasileiro, mas contribui para o aumento do fluxo de consumidores bolivianos locais ao Brasil. A dinâmica do controle fronteiriço é também influenciada pelos conflitos e decisões tomadas em outras instâncias, como deliberações da Receita Federal em Foz do Iguaçu e da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Nas cidades gêmeas de Guajará-Mirim / *Guayaramerín* não se observou o mesmo nível de tensão. O setor comercial de Guajará é notavelmente debilitado pela concorrência boliviana, restringindo-se à venda de alimentos, gêneros agropecuários e produtos de maior qualidade para a população local, principalmente funcionários públicos – classe de grande relevância na fronteira devido à presença de órgãos de controle estaduais e federais. Os lojistas nas fronteiras brasileiras também são beneficiados pela possibilidade de vender a prazo, opção não disponível na maior parte dos estabelecimentos bolivianos. Apesar de o município constituir uma Área de Livre Comércio, por diferentes fatores o desenvolvimento econômico ficou aquém do esperado<sup>16</sup>. Na paisagem urbana é possível observar algumas importadoras e exportadoras, além de pequenos camelódromos e feiras com presença majoritária de comerciantes bolivianos – a despeito dos preços mais caros do que na Bolívia, não é necessário fazer a travessia do rio Mamoré.

A fiscalização da Receita Federal na região é limitada pelo número de funcionários, equipamentos e horário de funcionamento do posto situado junto ao pequeno porto. Assim como nas demais fronteiras, no período noturno não há fiscalização aduaneira e infratores podem passar livremente, salvo quando há atuação de outros órgãos. O contrabando é também recorrente em barrancas e portos clandestinos, a qualquer hora do dia. Os barcos que cruzam o rio Mamoré não enfrentam os mesmos conflitos que os taxistas em Corumbá: embarcações brasileiras, vinculadas a uma empresa, fazem o transporte do Brasil para a Bolívia e voltam vazias, enquanto as bolivianas, integrantes de uma associação, fazem o sentido contrário. Por vezes, projetos de integração institucional não são bem recebidos por determinados grupos de interesse: nos primeiros dias que se seguiram à instalação da aduana integrada Brasil-Bolívia em 2015, houve uma queda de aproximadamente 90% das exportações brasileiras no porto de Guajará<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Incentivos tributários são estratégias de desenvolvimento regional adotadas em ambos os lados da fronteira: *Cobija* e *Puerto Quijarro* possuem Zonas Francas, enquanto Guajará-Mirim e Brasília-Epitaciolândia possuem Áreas de Livre Comércio.

<sup>17</sup> Com aduana integrada, exportações caem 90% em Guajará-Mirim. **Globo.com**, Rondônia, 13 ago. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/08/com-aduana-integrada-exportacoes-caem-90-em-guajara-mirim.html>. Acesso em: 05 fev.2018.

Diferentemente de Guajará-Mirim, o município de *Guayaramerín* contou com rápido crescimento econômico, atraindo migrantes de todos os departamentos da Bolívia. O centro comercial se estende por uma longa avenida repleta de lojas de roupas e produtos chineses voltadas aos turistas brasileiros. Segundo os diretores da empresa brasileira responsável pela travessia, por dia mais de mil pessoas atravessam a fronteira, provenientes de diferentes partes de Rondônia – nos feriados esse número pode superar a marca de três mil pessoas. Próximo ao porto boliviano, é possível notar cambistas, mototaxistas e diversas placas de propaganda em “portunhol”. Assim como na fronteira sul-mato-grossense, os turistas brasileiros buscam se hospedar e se alimentar no Brasil, com a diferença de que nessa fronteira há restaurantes brasileiros mesmo do lado boliviano. Parte dos bolivianos de *Guayaramerín* que atravessam o rio busca revender artigos em feiras do Brasil ou adquirir roupas de maior qualidade, material para construção e gêneros alimentícios, visto que a agropecuária na Amazônia boliviana é notavelmente subdesenvolvida, se comparada à brasileira.

No que concerne às cidades-gêmeas de Brasileira-Epitaciolândia / *Cobija*, pode-se observar um nível médio de tensão comercial. De modo semelhante a Guajará-Mirim, as cidades brasileiras dessa fronteira têm alta dependência do funcionalismo público, ainda que estejam defronte a uma capital regional estrangeira de grande porte para os padrões locais. Mototaxistas de ambos os lados podem passar o limite sem problemas, desde que estejam apenas levando passageiros. No entanto, alguns brasileiros se queixaram de que bolivianos também pegam passageiros em Brasileira e Epitaciolândia. A passagem de mototaxistas revela outro elemento de integração funcional que transgride as formalidades jurídicas, visto que *de jure* não é permitido prestar serviços de transporte no país sem passar pelos devidos trâmites legais.

Constatou-se que muitos bolivianos atravessam as pontes limítrofes para adquirir gêneros alimentícios nos supermercados do Brasil. No período de chuvas, as estradas que conectam *Cobija* ao interior da Bolívia ficam praticamente intransitáveis, o que reforça a dependência de consumidores e varejistas bolivianos ao setor alimentício brasileiro (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2014). Por esse motivo, essa é a única fronteira analisada em que se observou considerável grau de aceitação da moeda boliviana no lado brasileiro – nas demais, poucos estabelecimentos a aceitam<sup>18</sup>. Já o real é amplamente aceito em todas as cidades-gêmeas vizinhas em decorrência do alto fluxo de turistas comerciais e do maior grau de desenvolvimento econômico brasileiro.

Por fim, vale mencionar um elemento que ocasionou considerável mal-estar nas relações fronteiriças: a restrição de acesso à gasolina boliviana, cujo litro é mais barato (subsidiado) do que no Brasil, aos consumidores brasileiros. Tal medida foi implementada pelo governo Evo Morales no intento de garantir o abastecimento das povoações bolivianas, evitar longas filas e impedir que os subsídios sejam desviados de seu público-alvo. O preço do litro cobrado agora aos brasileiros é significativamente maior – como símbolo da presença do Estado central, um militar está presente em cada posto.

---

<sup>18</sup> Nesta cidade é notável a presença de trabalhadores brasileiros no setor de comércio e serviços.

## Considerações finais

As diferenças no arcabouço jurídico-institucional entre os países, bem como na disponibilidade de recursos econômicos e serviços públicos, criam “ganhadores” e “perdedores”, os quais podem se articular para promover seus interesses e pressionar por mudanças, tanto no *status quo* quanto na função do limite como “barreira” ou “abertura”. Nesse sentido, a fronteira é ao mesmo tempo beneficiada e prejudicada por sua própria condição geopolítica. A delimitação entre “formalidade” e “funcionalidade”, “legalidade” e “ilegalidade”, “barreira” e “abertura”, “nacional” e “estrangeiro” é fluida e pouco precisa diante da dinamicidade das territorialidades transfronteiriças, ocasionando por vezes conflitos entre grupos de interesse privado e os agentes estatais centrais.

O papel dos Estados no processo de integração local é um dos principais fatores que acirram as ambiguidades e assimetrias entre os diferentes “lados”. Sua ausência pode tanto facilitar a cooperação, por permitir e até mesmo incentivar o surgimento de mecanismos funcionais que desafiam a fronteira como barreira, quanto aprofundar conflitos, haja vista a insegurança jurídica que arranjos informais podem trazer às interações sociais. Por sua vez, uma maior presença do Estado pode impulsionar os fluxos territoriais locais, com a realização de projetos infraestruturais e incentivos tributários, e simultaneamente romper os arranjos funcionais espontâneos que não se adequam perfeitamente ao arcabouço jurídico nacional. Como se constatou nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia, o processo de integração foi fortemente condicionado pela dicotomia ausência-presença dos Estados: a integração, que antes era mais funcional e pessoal, é hoje mais formal e institucionalizada – apesar de contraditórios, ambos os paradigmas estão presentes. Em certa medida, pode-se afirmar que há um *trade off* entre integração formal, promovida pelos Estados, e integração funcional, manifestada nos arranjos espontâneos locais.

Outra importante característica das interações fronteiriças é a alta vulnerabilidade a fatores externos, como flutuações cambiais, diferenças nas vantagens comparativas entre as nações, conjunturas das relações bilaterais e multilaterais, liberalização do comércio internacional, expansão de redes globais de produção e do crime organizado. Todos esses elementos contribuíram em diferentes graus para o aumento dos intercâmbios comerciais transfronteiriços e, principalmente, para o rápido crescimento populacional no lado boliviano, cujos fluxos migratórios propiciaram uma maior “bolivianização” sociocultural das fronteiras, antes pouco povoadas. Os recentes projetos de integração sul-americana também concorreram para tirar as fronteiras da situação de marginalidade e conferir-lhes maior centralidade como nódulos de intercâmbio socioeconômico.

Por fim, vale ressaltar que apesar de as cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia apresentarem características comuns entre si, em cada uma há elementos *sui generis* de cooperação e conflito, comprovando a velha máxima: “cada fronteira é uma fronteira”. Longe de esgotar o tema, o artigo visou apresentar esses diferentes elementos no intuito de subsidiar futuras pesquisas e análises setoriais.

## Referências

- BRUSLÉ, L. P. Frontera Bolivia con Brasil, nuevos esquemas fronterizos en el marco de la integración continental y de la integración nacional: el ejemplo de Pando. **Revista Frontera** nº1, La Paz, Bolívia, 2012.
- CORUMBÁ, Prefeitura. **Black Friday vai movimentar pelo menos 70 lojas em Corumbá e na Bolívia**. Notícias.Corumbá. 2017. Disponível em: <<http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/black-friday-vai-movimentar-pelo-menos-70-lojas-em-corumba-e-na-bolivia/21401/>>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- CORREIO DE CORUMBÁ. **Presidente do Sindicato dos Taxistas, solicita apoio da PM e polícia boliviana ora coibir os clandestinos**. Fronteira. Corumbá. 2016. Disponível em: <<http://correiodecorumba.com.br/index.php?s=noticia&id=25099>>. Acesso em: 02 fev. 2018.
- COSTA, G. V. L. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 35-63, 2015.
- FREITAS, Júnior. Com aduana integrada, exportações caem 90% e, Guarájá-Mirim. **G1 Rondônia**, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2015/08/com-aduana-integrada-exportacoes-caem-90-em-guajara-mirim.html>>. Disponível em: 05 fev. 2018.
- GOES FILHO, S. S. **Navegantes, bandeirantes e diplomatas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE (IBGE). **Censo 2010**. Brasil em Síntese: informações do IBGE sobre os municípios e estados do Brasil. Disponível em: <[www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)>. Acesso em: 03 fev. 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). **Bolívia**: indicadores sociales y económicos según departamento y municipio, Censo 2012. Disponível em: <[www.censosbolivia.ine.gob.bo/webine/](http://www.censosbolivia.ine.gob.bo/webine/)>. Acesso em: 05 fev. 2018.
- LIPSKI, J. M. **Cruzando fronteras/Cruzando lenguas**. Third. Interdisciplinary Colloquium on Hispanic/Latin American Literatures, Linguistics, and. Cultures, El arte de (con)vivir/ the art of (co)existence. University of Florida, Gainesville, 11 out. 2007.
- MACHADO, L. O.; RIBEIRO, L. P.; MONTEIRO, L. do R. C. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n. 2, p. 15-30, 2014.
- OLIVEIRA, T. M. de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-prático. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. Da UFMS, 2005, p. 377-408.
- PERES, Priscilla. Corumbá tem 170 eleitores bolivianos aptos a votar no Brasil. **Campo Grande News**. Campo Grande. 2014. Disponível em:<<https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/corumba-tem-170-eleitores-bolivianos-aptos-a-votar-no-brasil>>. Acesso em: 29 jan. 2018.
- STEIMAN, R. **A Geografia das Cidades de Fronteira**: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2002, 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.